



O que está sendo feito?

1. Reunião discute integração de bases e criação de painel para disponibilizar dados aos focalizadores



Em reunião com a Coordenação de Ciência, Tecnologia e Inovação nesta quarta-feira (6), a Coordenação Finalística do Giac-Covid-19 discutiu formas de disponibilizar aos focalizadores nos estados, de maneira simples e atualizada, as informações do Ministério da Saúde relativas à aquisição e distribuição de equipamentos de proteção,

respiradores e testes, entre outras. O compartilhamento e o acesso aos bancos de dados do Ministério já está previsto em termo de cooperação assinado. Agora, a Coordenação de Ciência, Tecnologia e Inovação trabalha para integrar as bases e produzir a ferramenta que vai fornecer as informações aos focalizadores. A ideia é que estejam disponíveis dados sobre número de equipamentos, respiradores e testes adquiridos e distribuídos para cada estado e município, número de voluntários das Força Nacional do SUS, quantos foram convocados e para quais estados, médicos disponíveis para atuar nos diversos estados, entre outras informações atualizadas em tempo real, de modo a subsidiar a atuação dos focalizadores.

Também está em curso o trabalho de integração das bases de dados das ações judiciais e extrajudiciais do Ministério Público Federal e a produção de solução tecnológica para apresentar as informações fornecidas pelo TCU sobre repasses de verbas federais para o combate à covid-19. Além disso, está em fase final de produção a ferramenta que apresenta informações sobre profissionais de saúde consolidadas pelos Conselhos de Medicina, em complemento aos dados oficiais.



2. Recomendação conjunta pede manutenção de medidas de isolamento social em Roraima

O Ministério Público do Estado Roraima (MPRR), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) emitiram recomendação conjunta ao governador de Roraima, Antônio Denarium, e à prefeita de Boa Vista, Teresa Surita. O documento pede a prorrogação das medidas de isolamento social e a proibição de funcionamento de todas as atividades e serviços, com exceção daqueles já autorizados excepcionalmente. Governador e prefeita também devem se abster de autorizar o retorno das atividades não essenciais até que estudos técnicos demonstrem a segurança da volta à normalidade. [Leia mais](#).

Em Boa Vista, o trabalho do MPT vem conseguindo destinações para compra e produção de [água sanitária](#) para abrigos de imigrantes venezuelanos, para a produção de [equipamentos de proteção](#) pela Universidade Estadual de Roraima, para aquisição de kits de higiene e de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social em [Cantá](#) (RR) e na [capital](#).

3. Liminar suspende retorno de atividades não essenciais no DF

Em liminar, a Justiça Federal suspendeu, nesta quarta (6), a reabertura de atividades não essenciais no Distrito Federal enquanto durar o estado de emergência de saúde pública provocado pela pandemia da covid-19. O retorno do comércio estava previsto para o dia 11 de maio, segundo decreto do Governo do DF. Agora, a volta não tem prazo determinado e dependerá de nova manifestação da Justiça. A decisão aconteceu em ação civil pública conjunta proposta pelo MPF, MPT e MPDFT. [Veja a íntegra da ACP](#).

4. Recomendações do MPT viram manual de boas práticas em Capetinga (MG)

Produtores de café da cidade de Capetinga, no sul de Minas Gerais, receberam cartilha que reúne as boas práticas obrigatórias para proteger os



trabalhadores da contaminação pelo coronavírus durante o período de colheita do café, que já está começando. O documento foi produzido pela Prefeitura Municipal, a partir do conteúdo de Notificação Recomendatória expedida pela unidade do MPT em Varginha. O documento detalha medidas de prevenção que devem ser observadas para a contratação de trabalhadores de outros municípios. Também lembra que é obrigatório o uso de máscara fornecida pelo empregador, o aumento de distância entre os trabalhadores, não compartilhamento de objetos pessoais como talheres e copos, dentre outras. [Leia mais.](#)

Ainda em Minas Gerais, por determinação da Justiça do Trabalho, a Prefeitura de Uberlândia recebeu R\$ 121.723,14 para o combate ao novo coronavírus. A medida atende a pedido do MPT de reversão da multa aplicada por descumprimento em processo de execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC).

5. MPF recomenda medidas para proteção de comunidades tradicionais no contexto da covid-19

O MPF recomendou aos Ministérios da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Agricultura a adoção de medidas para garantir a assistência e promoção de serviços essenciais às comunidades tradicionais do Brasil no contexto da pandemia da covid-19. O documento também foi enviado à Caixa Econômica Federal, à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), à Fundação Cultural Palmares e aos Institutos Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

Na recomendação, a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6CCR) cobra a disponibilização de recursos financeiros, humanos e materiais, além da adoção de medidas e políticas públicas que zelem pela saúde e estabilidade socioeconômica desses povos. O documento afirma que, em razão da histórica ineficiência do poder público, as comunidades “possuem precárias estruturas de água, energia elétrica, saneamento básico e outros serviços públicos essenciais”. [Leia mais.](#)